

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DO SOCIAL

JANAÍNA VARGAS ESCOUTO

A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
PARA A PERMANÊNCIA DO ALUNO NA ESCOLA: UM ESTUDO DE CASO NO
MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO (RS)

São Leopoldo (RS)

2014

Janaína Vargas Escouto

A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
PARA A PERMANÊNCIA DO ALUNO NA ESCOLA: UM ESTUDO DE CASO NO
MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO (RS)

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização
apresentado como requisito parcial para a obtenção do
título de Especialista em Gestão do Social, pelo Curso
de Especialização em Gestão do Social da Universidade
do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Profa. Dra. Angélica Massuquetti

São Leopoldo (RS)

2014

Ficha Catalográfica

ESCOUTO, Janaína Vargas.

A importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar para a permanência do aluno na escola: um estudo de caso no município de São Jerônimo (RS) / por Janaína Vargas Escouto – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2014.
44f.

Orientador: Dra. Angélica Massuquetti

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Especialização em Gestão do Social, 2014.

1. PNAE. 2. Evasão escolar. 3. São Jerônimo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela proteção.

À minha Professora Orientadora, Angélica Massuquetti, pela dedicação e atenção. Por estar sempre pronta para esclarecer qualquer dúvida.

À diretora da E. M. E. F. Padre Luiz de Nadal, que tão gentilmente abriu as portas da escola e dedicou seu tempo para responder às entrevistas.

À Secretária Municipal de Educação do Município de São Jerônimo, Sandra Brixner, que permitiu a realização deste estudo.

À Supervisora Educacional de São Jerônimo, Lurdes Eliane Xavier, por ceder seu tempo para este estudo.

Às merendeiras do PNAE, que permitiram que eu conhecesse sua rotina. A elas que possibilitam que os alunos tenham uma refeição feita com carinho.

À Nutricionista do PNAE no município, Tatiana Maciel, pelas valiosas informações. A ela toda minha admiração, pela profissional competente e totalmente comprometida com a alimentação dos alunos.

Aos alunos da E. M. E. F. Padre Luiz de Nadal, por responderem aos questionários propostos, possibilitando, assim, que este estudo se tornasse realidade.

Agradeço a todos, que direta ou indiretamente contribuíram com esta pesquisa!

RESUMO

O objetivo do estudo é analisar a importância da alimentação escolar para a permanência do aluno na Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Luis de Nadal, em São Jerônimo (RS). O método utilizado foi o estudo de caso, que foi realizado por meio de entrevistas com os profissionais do PNAE no município e de questionários aplicados a 45 alunos da escola em estudo. Os resultados obtidos permitiram compreender que a alimentação escolar, mesmo não sendo considerada como fator relacionado à permanência do aluno na escola, tem papel importante como fonte de alimentação saudável no período letivo e como motivadora para o aluno.

Palavras-chave: PNAE; evasão escolar; São Jerônimo.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Alunos por Idade	22
Gráfico 2: Frequência de Consumo da Alimentação Escolar	23
Gráfico 3: Opinião Sobre a Alimentação Escolar	23
Gráfico 4: Alimentação Escolar como Principal Refeição do Dia	24
Gráfico 5: Alimentação Escolar como Primeira Refeição do Dia.....	25
Gráfico 6: Alimentação Escolar como Primeira Refeição do Dia para Alunos do Turno da Manhã	25
Gráfico 7: Importância da Alimentação Escolar	26
Gráfico 8: Percepções sobre a Alimentação Escolar	27

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	7
1.2 OBJETIVOS	8
1.2.1 Objetivo Geral	8
1.2.2 Objetivos Específicos.....	8
1.3 JUSTIFICATIVA	8
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	10
2.1 PNAE	10
2.1.1 Antecedentes Históricos.....	10
2.1.2 Gestão do PNAE.....	12
2.2 EDUCAÇÃO E PERMANÊNCIA DO ALUNO NA ESCOLA.....	15
2.3 IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR.....	16
3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS	18
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA E UNIDADE-CASO	18
3.2 TÉCNICAS DE COLETA E DE ANÁLISE DE DADOS	18
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	20
4.1 GESTÃO DO PNAE EM SÃO JERÔNIMO	20
4.2 PERCEPÇÃO DOS ALUNOS	22
5 CONCLUSÃO.....	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33
APÊNDICES	35

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CGU	Controladoria Geral da União
CME	Campanha da Merenda Escolar
CNME	Campanha Nacional da Merenda Escolar
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FISI	Fundo Internacional de Socorro a Infância
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ONU	Organização das Nações Unidas
PMA	Programa Mundial de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
TCU	Tribunal de Contas da União
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), de acordo com Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (2013), é considerado o segundo maior programa do mundo na área de alimentação escolar. O PNAE possui um orçamento de R\$ 3,5 bilhões, para o ano de 2014, e atende 43 milhões de alunos, de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos), matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias que possuem convênio com o setor público (FNDE, 2014).

Segundo disposto no Art. 4º da Lei nº 11.947, de 2009 (BRASIL, 2009), o PNAE tem o objetivo de:

[...] contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Os recursos financeiros para a efetivação do PNAE provêm do Tesouro Nacional, sendo repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para os estados, distrito federal e municípios. O valor repassado depende da modalidade de ensino do aluno, variando de R\$ 0,30/dia por aluno do ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos a R\$ 1,00/dia por aluno de creches e educação integral. Este valor *per capita* é multiplicado por 200 dias letivos e pelo número de alunos matriculados, tendo como base o Censo Escolar do ano anterior. O repasse é realizado em dez parcelas durante o ano, sendo feito diretamente às prefeituras, no caso das escolas da rede municipal, e aos estados, no caso da rede estadual (FNDE, 2014).

Segundo Brasil (2014), além de fornecer alimentação escolar nutritiva aos alunos, o PNAE melhora a vida dos agricultores, devido à Lei nº 11.947, de 2009, que torna obrigatória a utilização de no mínimo 30% do valor repassado aos estados e municípios, na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, o que significa um incremento de mais de R\$ 1 bilhão para os produtores familiares brasileiros. O PNAE ainda desenvolve o hábito da alimentação saudável e evita a evasão escolar.

A primeira ação relativa ao programa data de 1955, com a criação da Campanha da Merenda Escolar (CME) por meio do Decreto nº 37.106, de 1955. A Campanha efetivava-se

com doações vindas de fundos internacionais, como o Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), atual Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), e de excedentes de alimentos, como farinhas e leite em pó, que eram então distribuídos às escolas (FNDE, 2014). O principal objetivo da Campanha, na época, era reduzir a desnutrição, atendendo apenas os mais pobres, com um caráter assistencialista (ABREU, 1995).

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Segundo Abreu (1995), historicamente, a alimentação escolar é ligada à redução da evasão, vista como agente capaz de reduzir a desnutrição e por consequência melhorar o desempenho do aluno. O PNAE busca, por meio de suas ações, aumentar a permanência do aluno na escola. Segundo IPEA (2011), a média de anos na escola da população brasileira, em 1995, era de 5,5 anos, índice que foi aumentando ao longo dos anos, chegando em 7,9 anos, em 2012. A Região Sul do Brasil, que tinha a média de 5,9 anos de estudo para maiores de 15 anos, em 1995, passou para 8,2 anos, em 2012, enquanto que a Região Nordeste, em 2012, ainda tinha a média de 6,7 anos de estudo por pessoa.

Embora a Região Sul tenha um melhor desempenho com relação aos índices de permanência na escola, quando comparada com as regiões Norte e Nordeste, alguns municípios ainda têm que enfrentar dados históricos de analfabetismo elevado, como é o caso de São Jerônimo, localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPE), objeto deste estudo. Segundo PNUD (2014), em 2000, 13,6% da população de São Jerônimo era analfabeta e, em 2010, este índice diminuiu para 10,3% da população. A expectativa de anos de estudo¹ dos moradores de São Jerônimo, em 2000, era de 9,1 anos, passando para 9,54 anos, em 2010.

Segundo IBGE (2014), o município possui 22.134 habitantes, em 2010, tem 3.174 alunos matriculados no ensino fundamental, sendo 933 alunos da rede municipal. Para reduzir os índices de analfabetismo e aumentar a permanência do aluno na escola no município de São Jerônimo são adotadas várias ações. Segundo a nutricionista responsável pelo PNAE no município², uma das ações é aprimorar a gestão do PNAE, com a intenção de motivar o aluno com uma alimentação de qualidade.

¹ Indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos.

² Informação coletada em entrevista realizada em São Jerônimo, no dia 25 de setembro de 2014.

Diante do exposto, este estudo tem seu foco na relação entre alimentação escolar e permanência do aluno na escola. O local de pesquisa é a Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Luis de Nadal, que fica localizada na zona urbana do município, com 151 alunos matriculados da pré-escola ao quinto ano. Através deste estudo busca-se compreender melhor a relação do aluno com a alimentação escolar e responder a seguinte indagação: qual a importância da alimentação escolar para a permanência do aluno na escola, na E. M. E. F. Padre Luiz de Nadal, em São Jerônimo (RS)?

1.2 OBJETIVOS

A seguir são detalhados o objetivo geral e os objetivos específicos deste estudo.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo do estudo é analisar a importância da alimentação escolar para a permanência do aluno na escola E. M. E. F. Padre Luiz de Nadal, em São Jerônimo.

1.2.2 Objetivos Específicos

Como objetivos específicos, a pesquisa visa:

1. Descrever a gestão do PNAE no município de São Jerônimo;
2. Avaliar as percepções que os alunos da escola têm sobre a alimentação escolar.

1.3 JUSTIFICATIVA

Este estudo visa analisar a correlação entre o PNAE e a permanência do aluno na escola, tendo como escopo uma escola municipal em São Jerônimo. Espera-se com esta pesquisa adquirir conhecimento das percepções dos alunos a respeito do programa, da forma como se relacionam com a alimentação escolar e da importância dela em suas vidas, principalmente do modo como o mesmo se relaciona com sua permanência na escola. Os

resultados obtidos serão uma base importante para aprimoramento da gestão do programa no município, podendo servir de subsídio para ações em todas as escolas da rede municipal.

É importante salientar ainda que, ao longo dos anos, o PNAE mudou muito, obtendo avanços em sua gestão na esfera federal. Os municípios, por sua vez, precisam conhecer as necessidades de seus beneficiários com o intuito de também progredir na gestão municipal. Acredita-se que este estudo auxiliará a traçar um panorama da relação dos alunos com a alimentação escolar, conhecendo o perfil do aluno do município de São Jerônimo e, portanto, possibilitando ações públicas mais focadas em suas necessidades.

Este estudo está estruturado em cinco capítulos, incluindo esta introdução. O segundo capítulo apresenta a revisão bibliográfica a partir do conhecimento do PNAE e de sua gestão e de conceitos acerca da evasão escolar e à permanência do aluno na escola. O terceiro capítulo expõe o método de pesquisa. O quarto capítulo apresenta o caso em estudo, assim como os resultados desta pesquisa. Encerra-se, por fim, com as considerações finais.

Ao final desta pesquisa, espera-se obter resultados que auxiliem os gestores do PNAE no município de São Jerônimo nas suas decisões, para aprimoramento do programa. Almeja-se, ainda, aprofundar o conhecimento sobre a relação entre a permanência do aluno na escola e a alimentação escolar, de forma a conhecer melhor a visão que os alunos têm sobre este programa.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo apresenta a revisão de literatura acerca do PNAE, abrangendo um breve histórico do programa e sua gestão. O capítulo aborda, ainda, conceitos relacionados à evasão escolar e à permanência do aluno na escola.

2.1 PNAE

2.1.1 Antecedentes Históricos

Ações relativas à alimentação escolar começam a surgir no Brasil na década de 1940, quando algumas escolas se organizaram, criando as chamadas “caixas escolares”, que buscavam, por meio de doações, arrecadar fundos para oferecer refeições para os alunos, preferencialmente os mais carentes. Segundo Nascimento e Andrade (2010), a alimentação escolar, em âmbito nacional e como responsabilidade pública, foi estruturada pela primeira vez como uma das ações do Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, apresentado na Terceira Conferência Latino-Americana sobre Nutrição, em Caracas (Venezuela), em 1953, por Josué de Castro.

Em 31 de março de 1955, foi assinado, pelo então Presidente João Café Filho, o Decreto nº 37.106, que instituiu a Campanha da Merenda Escolar. Em 11 de abril de 1956, por meio do Decreto nº 39.007, com a intenção de promover atendimento em âmbito nacional, a CME passou a denominar-se Campanha Nacional da Merenda Escolar (CNME). Naquela época, o programa distribuía leite em pó e farinhas às escolas das regiões mais pobres do Brasil. Os alimentos distribuídos eram obtidos pelo governo por meio de doações de fundos internacionais, como o FISI, atual UNICEF (FNDE, 2014).

Em 1965, o Decreto nº 56.886 alterou novamente o nome da CNME para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), sendo efetivado ainda com doações americanas, porém agora em maior número de fundos contribuindo com doações, entre eles o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). No ano de 1979, passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar, nome que segue até hoje (TEIXEIRA, 2008).

Segundo Teixeira (2008), nos anos da ditadura militar (1964 a 1985), deve-se salientar o centralismo autoritário na condução da política alimentar. Na época, todas as decisões com relação à alimentação escolar eram tomadas na esfera federal. Para o autor, os efeitos desta centralização eram alimentos com validade vencida, em quantidade insuficiente, deteriorada ou alimentos que não chegavam ao destino. A alimentação era vista como um ato administrativo e não pedagógico.

Para Teixeira (2008), com o fim da ditadura e o início da chamada “Nova Republica”, algumas mudanças começaram a ocorrer. A principal delas foi a nova Constituição Brasileira, pela qual a alimentação escolar passou a ser um direito. Segundo Froehlich (2010), a Constituição Federal de 1988 criou legalmente a possibilidade de descentralização de recursos orçamentários e da execução de serviços públicos, o que futuramente tornaria possível a descentralização do PNAE.

Um grande retrocesso no programa ocorreu durante o Governo Collor, com seu início em 1990, sendo desestruturados e extintos quase todos os programas ligados à alimentação e nutrição. Durante os 200 dias letivos de 1992, o PNAE atendeu apenas 38 dias letivos (FROEHLICH, 2010).

Em 1992, com o *impeachment* do Presidente Collor, Itamar Franco assumiu a Presidência da República. Em 1993, foi iniciada a Campanha da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, sendo liderada pelo sociólogo Herbert de Souza. Também em 1993, foi publicada uma pesquisa pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), mostrando que 32 milhões de brasileiros viviam em situação de indigência. O governo passou então a sofrer pressão da sociedade civil organizada e como resposta criou dois mecanismos para melhorar o problema da fome no Brasil. O primeiro foi a criação do Plano de Combate a Fome e a Miséria e o segundo a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) (FROEHLICH, 2010).

Segundo Teixeira (2008), a instituição do CONSEA foi primordial para que, em julho de 1994, fosse assinada a Lei Federal nº 8.913, que descentralizava a merenda escolar. Foram também criados os Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), possibilitando à sociedade civil acompanhar a realização do programa. Em 1995, o Presidente Fernando Henrique Cardoso extingue o CONSEA.

No segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, o PNAE sofreu uma reestruturação positiva, após várias denúncias de desvios de recursos. Em seu governo passou a dar-se importância aos CAEs, como organismos de fiscalização da operacionalização do

programa. Para obter os recursos do programa, o município ou estado tinha que obrigatoriamente possuir seu Conselho de Alimentação Escolar e o responsável pelo programa no município deveria ser obrigatoriamente um nutricionista. Outro aspecto positivo foi a edição da Medida Provisória nº 2.178, de 2001, que regulamentava que 70% dos recursos deveriam ser utilizados em produtos básicos, assim como respeitar os hábitos alimentares regionais e incentivar a vocação agrícola (TEIXEIRA, 2008).

Para Froehlich (2010), o processo de descentralização do PNAE alcançou um novo patamar em 2001, quando os valores passaram a ser repassados em 10 parcelas durante o ano, o que não acontecia no início da descentralização, acabando, desta forma, com uma longa incerteza que prejudicava o andamento do programa. Com as parcelas sendo transferidas de acordo com as datas estipuladas, foi possível aos estados e municípios se planejarem para as aquisições de gêneros alimentícios durante o ano todo, assegurando a oferta regular dos alimentos, o que não acontecia na modalidade centralizada. Esta é a forma de transferência que permanece até a data de hoje.

No governo de Luís Inácio Lula da Silva, o CONSEA foi recriado, por meio da Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003. Nos anos que seguiram, os valores *per capita* foram sendo gradualmente reajustados (TEIXEIRA, 2008).

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, expandiu o PNAE para toda a rede pública de educação básica, incluindo alunos participantes do Programa Mais Educação e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A referida Lei trouxe ainda a exigência de que, no mínimo, 30% do valor repassado fossem investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. Em 2013, foram incluídos no programa os alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado (AEE), os matriculados em escolas de turno integral e também os participantes da Educação de Jovens e Adultos de modalidade semipresencial (FNDE, 2014).

2.1.2 Gestão do PNAE

Segundo Valeriani (2011), existem várias opções de modelos de gestão para o PNAE, cada um com vantagens e desvantagens. Uma das opções é a gestão escolarizada, onde as entidades executoras transferem recursos às instituições de ensino, as quais passam a ser responsáveis pela execução do programa. Esta modalidade permite a autonomia das escolas na aquisição de gêneros alimentícios. Outro modelo é a gestão centralizada, onde as secretarias estaduais de educação ou as prefeituras executam o programa em todas as suas

fases, desde o planejamento dos cardápios até a distribuição da alimentação. Ainda dentro da modalidade centralizada, há a alternativa de terceirizar a alimentação escolar, com empresas especializadas em alimentação, ficando a cargo da contratante somente a elaboração do cardápio, controle e fiscalização do serviço prestado.

Segundo FNDE (2014), o programa transfere valores *per capita* diferentes, a fim de atender necessidades nutricionais diferenciadas, respeitando as demandas de cada faixa etária e levando em consideração ainda as diversidades étnicas e a condição de vulnerabilidade social. O programa prioriza populações de comunidades tradicionais indígenas e quilombolas e assentamentos da reforma agrária. Esta priorização se dá tanto pelo maior valor *per capita* repassado para esses alunos, como na preferência de compra para produtos da agricultura familiar de tais comunidades. Os valores *per capita* repassados no ano de 2014, segundo FNDE (2014), foram os seguintes:

- a. Creches: R\$ 1,00;
- b. Pré-escola: R\$ 0,50;
- c. Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,60;
- d. Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos: R\$ 0,30;
- e. Ensino integral: R\$ 1,00;
- f. Alunos do Programa Mais Educação: R\$ 0,90;
- g. Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contra turno: R\$ 0,50.

Segundo dados do Ministério da Educação (2013), as seis diretrizes do PNAE são as seguintes:

1. Emprego de alimentação saudável e adequada;
2. Educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem;
3. Universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;
4. Participação da comunidade no controle social;
5. Apoio ao desenvolvimento sustentável;
6. Direito a alimentação escolar, visando garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos.

A fiscalização da execução do programa ocorre por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar, pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público. A constituição de Conselho

de Alimentação Escolar é obrigatória para o recebimento dos recursos do programa (FNDE, 2014).

Segundo Ministério da Educação (2013), o Conselho de Alimentação Escolar é o órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento ao PNAE. Os componentes do CAE têm um mandato de quatro anos. Segundo Medida Provisória nº 1979, de 2000, Art. 3º, o CAE deve ser composto por sete membros, sendo eles (BRASIL, 2000):

- I - um representante do Poder Executivo, indicado pelo Chefe desse Poder;
- II - um representante do Poder Legislativo, indicado pela Mesa Diretora desse Poder;
- III - dois representantes dos professores, indicados pelo respectivo órgão de classe;
- IV - dois representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades Similares;
- V - um representante de outro segmento da sociedade local.

Segundo Medida Provisória nº 1979, de 2000, Art. 5º, compete ao CAE (BRASIL, 2000):

- I - acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do PNAE;
- II - zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias;
- III - receber, analisar e remeter ao FNDE com parecer conclusivo, as prestações de contas PNAE encaminhadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios na forma desta Medida Provisória.

Segundo Brasil (2009), é facultado aos municípios firmar convênio a fim de realizar a gestão dos recursos e fornecer alimentação para as escolas estaduais existentes no município. A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, em seu art. Art. 7º, diz o seguinte:

Os Estados poderão transferir a seus Municípios a responsabilidade pelo atendimento aos alunos matriculados nos estabelecimentos estaduais de ensino localizados nas respectivas áreas de jurisdição e, nesse caso, autorizar expressamente o repasse direto ao Município por parte do FNDE da correspondente parcela de recursos calculados na forma do parágrafo único do art. 6º.

Esta seção trouxe uma breve descrição das possíveis formas de gestão do PNAE e suas diretrizes. Também foram informados os valores *per capita* de repasses do FNDE para o ano de 2014, de acordo com cada modalidade escolar. Por fim, foram abordados alguns aspectos do Conselho de Alimentação Escolar, como sua composição legal.

2.2 EDUCAÇÃO E PERMANÊNCIA DO ALUNO NA ESCOLA

A educação é um direito social garantido pela Constituição Federal de 1988, que em seu Art. 6º cita: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]”. Ainda em seu Art. 205º, tem-se o seguinte: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Jacomini (2009) afirma que, embora o direito à educação esteja expresso na Constituição Federal de 1988, este ainda não se concretizou em sua íntegra e enfrenta vários desafios. A autora explica esta afirmação pelo fato de que a educação deveria prover o pleno desenvolvimento do educando, qualificá-lo para o trabalho e prepará-lo para o exercício da cidadania.

Segundo a Constituição Federal de 1988, em sua Emenda Constitucional nº 59, de 2009, a educação básica gratuita é obrigatória dos 4 aos 17 anos, sendo o acesso ao ensino obrigatório e gratuito direito público subjetivo (BRASIL, 1988).

Batista et al. (2009) citam que inúmeros motivos levam o estudante a abandonar os estudos. Dentre eles, destacam-se os fatores internos, associados ao desenvolvimento psíquico do aluno, bem como os fatores externos, de natureza socioeconômica. Muitas vezes, para ajudar no sustento da família, o jovem se vê obrigado a trabalhar ao invés de estudar. Além disso, segundo os autores, o modelo de escola atual já não desperta o interesse do aluno.

Segundo IBGE (2014), as taxas de analfabetismo no Brasil vêm caindo ano a ano. Em 1992, 17,2% da população com 15 anos ou mais eram analfabeta, em 2002, este valor havia diminuído para 11,80% e, em 2011, 8,60% da população de 15 anos ou mais era considerada analfabeta. No Brasil, a taxa de aprovação ao se considerar todo o ensino fundamental, no ano de 2010, estava em 86,6%, ou seja, quase 15% dos alunos, em 2010, reprovaram no ano escolar em curso. Este número de aprovações costuma ser menor em algumas séries em específico, como é o caso da 5ª série/6º ano, onde o percentual de aprovados, em 2010, foi de 79,7% dos alunos.

Quando se analisam as taxas de aprovação para o ensino médio, em 2010, apenas 70,3% dos alunos aprovaram no 1º ano do Ensino Médio. Porém, ao longo dos demais anos que constituem o ensino médio, esta taxa de aprovação aumentou, chegando a 85,3% de

aprovados no 3º ano do ensino médio. Ainda, as taxas de abandono escolar no ensino fundamental, sendo a maior a da rede estadual de educação, com 3,8% de abandono escolar, em 2010, seguida pela rede municipal de educação, com 3,4% de abandono, em 2010. As taxas de abandono escolar no ensino médio, em 2010, eram de 10,3%, valor que mostra queda se comparada aos anos anteriores, onde, em 2007, a taxa era de 13,2% de abandono (IBGE, 2014).

Nesta seção, buscou-se demonstrar a situação atual no Brasil, com relação à educação e à permanência do aluno na escola. É possível notar que a educação no país precisa alcançar melhores resultados, principalmente os relativos ao abandono escolar. A próxima seção trata da importância da alimentação no ambiente escolar.

2.3 IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

Segundo estudo realizado por Silva e Sousa (2009), a escola é um local privilegiado para fomentar comportamentos alimentares saudáveis. No ambiente escolar, programas de educação e de promoção para a saúde são muito bem assimilados pelos alunos, colaborando para que os mesmos obtenham conhecimentos nutricionais e possibilitando que as crianças em idade escolar tenham uma alimentação completa, equilibrada e variada. Para o autor, alunos que participam de programas escolares de alimentação saudável consomem mais frutas, vegetais, peixes e laticínios e passam a consumir menos bolos e alimentos industrializados.

Na realização de programas de alimentação escolar, o apoio dos docentes é fundamental através de ensinamentos dentro e fora da sala de aula, pois os professores e demais profissionais escolares exercem a consolidação de conhecimentos nutricionais. A participação dos pais também é muito importante afim de que a alimentação saudável seja realizada enquanto o aluno não está na escola, tornando-se, assim, um hábito, transformando os padrões alimentares da criança (SILVA E SOUSA, 2009).

Rodrigues et al. (2011) comprovam a importância de se abordar temas relacionados à alimentação saudável em escolas e creches, pois, além dos alunos passarem grande parte do seu dia neste ambiente, ainda é o local onde há uma grande interação com os pais de alunos, possibilitando, portanto, transmitir conhecimentos que possam ser utilizados também na casa do aluno. Para os autores é importante lembrar, ainda, que a introdução de hábitos alimentares

saudáveis deve ser feita de maneira gradual e persistente. Esses hábitos devem estar presentes em todos os meios de convívio do aluno. Caso contrário, seria pouco proveitosa a introdução de uma alimentação saudável na escola se, em casa, fossem mantidos os maus hábitos alimentares.

Nesta seção, abordou-se o tema da importância da alimentação no ambiente escolar. Para os autores citados, a alimentação escolar é um processo, que deve passar pela sala de aula e chegar aos pais dos alunos, e não apenas o ato de fornecer alimentos.

Ao longo do capítulo, apresentou-se a evolução do PNAE, desde 1955 até a presente data, suas possíveis formas de gestão, bem como outros aspectos relacionados diretamente ao programa, como a constituição dos CAEs e suas diretrizes. Após, passou-se para o tema educação e permanência do aluno na escola, que trouxe dados relativos à evasão e aprovação escolar, a fim de apresentar o atual cenário brasileiro a respeito desta temática. Por fim, apresentou-se a importância da alimentação escolar. No próximo capítulo, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados neste estudo.

3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Neste capítulo, é delineado o método de pesquisa, a unidade-caso e as técnicas de coleta e de análise de dados utilizadas.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA E UNIDADE-CASO

Nesta pesquisa, utilizou-se o método de estudo de caso, o qual, conforme Yin (2001), é uma estratégia de pesquisa que busca examinar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto. Segundo Gil (2008, p. 57), “[...] o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir seu conhecimento amplo e detalhado”.

Este estudo de caso foi realizado na E. M. E. F. Padre Luis de Nadal, do município de São Jerônimo (RS). A escola estudada faz parte da rede municipal e conta com 151 alunos matriculados da pré-escola ao 5º ano. Esta unidade de ensino está localizada na área urbana do município, próxima ao centro da cidade e também às comunidades consideradas mais carentes, como a Vila Juventus, e conta ainda com comunidades ribeirinhas, que historicamente sofrem com as cheias do Rio Jacuí, invadindo suas casas. O principal motivo da escolha desta escola para o estudo foi a localidade onde está inserida, sendo considerada pela nutricionista responsável pelo PNAE no município³ como uma região importante para ser estudada, devido à situação socioeconômica da comunidade que frequenta a escola, onde os beneficiários em sua maioria provêm de famílias carentes.

3.2 TÉCNICAS DE COLETA E DE ANÁLISE DE DADOS

Para coletar os dados foram utilizados questionários estruturados e entrevistas em profundidade⁴. Segundo Gil (2008, p. 121), questionário é “uma técnica de investigação

³Informação coletada em entrevista realizada em São Jerônimo, no dia 25 de setembro de 2014.

⁴ Em relação aos aspectos éticos do estudo, encontram-se nos Apêndices A, B e C, respectivamente, a Carta de Anuência da Diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Luis de Nadal, localizada no município de São Jerônimo (RS), autorizando a realização do estudo com os alunos da instituição de ensino, o Termo de

composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o objetivo de obter informações”, sendo eles, normalmente, propostos por escrito aos respondentes. A entrevista para Gil (2008, p. 109) é, por sua vez, “uma técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação”.

As entrevistas foram realizadas com a nutricionista responsável pelo PNAE no município de São Jerônimo, em 25 de setembro de 2014, na Secretaria Municipal de Educação, com duração de aproximadamente 2 horas (Apêndice D). Foi realizada entrevista com a supervisora pedagógica do município, na Secretaria Municipal de Educação, em 10 de novembro de 2014, com duração de aproximadamente 1 hora (Apêndice E). Com a diretora da E. M. E. F Padre Luiz de Nadal, foi realizada a entrevista nas dependências da escola, no dia 29 de outubro de 2014, com duração de aproximadamente 2 horas (Apêndice F). Todas as entrevistas foram gravadas e após foi feita análise de conteúdo, a fim de destacar as falas mais importantes para este estudo.

Os questionários (Apêndice G) foram aplicados para os alunos de 4º e 5º ano da escola em estudo. Ao todo, 45 alunos responderam os questionários, sendo eles: 9 alunos do 4º ano do turno manhã; 23 alunos do 5º ano do turno manhã; e 13 alunos do 4º ano turno tarde. Os alunos pesquisados têm entre 9 e 15 anos. O número total de alunos do 4º e 5º ano é de 51 alunos, sendo que 5 alunos não responderam a pesquisa por não terem o TCLE assinado pelos pais e o questionário de um aluno não foi utilizado por não ter sido respondido.

O primeiro encontro com os alunos ocorreu no dia 3 de novembro de 2014, com a entrega dos TCLEs, nos turnos manhã e tarde, para que os mesmos entregassem o termo aos pais. No dia 5 de novembro foram entregues os questionários para os alunos que devolveram os TCLEs assinados, sendo os questionários respondidos em sala de aula, juntamente com as professoras das turmas, durante aproximadamente 30 minutos. Antes da entrega dos questionários foi feita uma breve apresentação das perguntas, a fim de sanar possíveis dúvidas. Os dados obtidos através dos questionários foram analisados por meio do programa *Microsoft Excel*, a fim de criar gráficos que possibilitassem uma melhor visualização dos resultados.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo é apresentado e analisado o caso em estudo, partindo de uma visão geral da gestão do PNAE, em São Jerônimo, por meio das entrevistas com os profissionais do município, e finalizando com os resultados obtidos através dos questionários respondidos pelos alunos.

4.1 GESTÃO DO PNAE EM SÃO JERÔNIMO⁵

Por meio do relato da nutricionista, salienta-se que a gestão do programa no município é feita de forma centralizada, ou seja, as escolas não têm autonomia de realizar compras, sendo concretizadas pela Secretaria de Educação do município, que repassa os alimentos para as escolas. O primeiro passo na gestão anual do PNAE é o planejamento das compras do ano seguinte, com os dados do Censo Escolar. Assim, calcula-se a verba disponível para as aquisições e, então, é feito um levantamento para a necessidade de compras, sejam elas através de tomada de preços (para aquisições da agricultura familiar) ou pregão para compras não provenientes da agricultura familiar.

A nutricionista informou que sempre tem o cuidado de adquirir a maior quantidade possível de produtos da agricultura familiar. Após as tomadas de preços e pregões estarem homologados e em datas próximas ao início das aulas, começam a serem realizados os pedidos aos fornecedores. Assim que os pedidos chegam, eles vão para o chamado Centro Administrativo, localizado no centro do município, onde há uma servidora responsável por acondicionar adequadamente os produtos até que os mesmos sejam enviados para as escolas.

Semanalmente é feito um planejamento pela nutricionista dos cardápios de cada escola e o que deve ser enviado a cada unidade de ensino para que os mesmos sejam executados. Com a posse deste planejamento, o motorista do veículo da merenda e um auxiliar distribuem os produtos. Os produtos perecíveis são acondicionados em caixas térmicas durante o transporte.

As merendeiras da escola fazem os cardápios durante a semana e a cada sexta-feira elaboram um relatório de quais produtos ainda possuem em estoque. O mesmo é enviado por

⁵Informação coletada em entrevista realizada em São Jerônimo, no dia 25 de setembro de 2014.

correio eletrônico ou telefone para que a nutricionista possa fazer os cardápios da semana seguinte e enviar os alimentos necessários para estas refeições e, assim, sucessivamente.

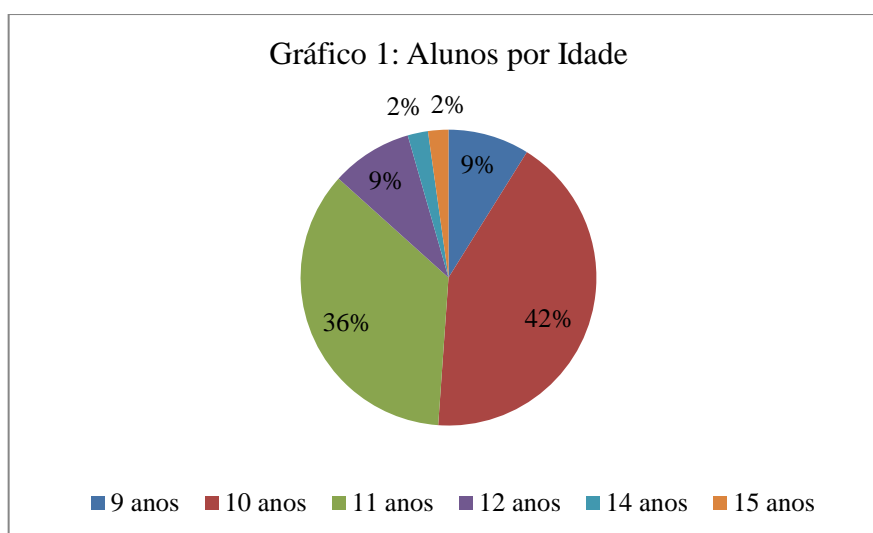
A nutricionista do programa fez ainda outras considerações, como relatado a seguir:

- a) No município foi firmado convênio com o estado, sendo assim, toda a alimentação escolar de São Jerônimo é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, conforme prevê o Art. 7º, da Lei nº 11.947, de 2009.
- b) A nutricionista relata que um dos grandes desafios do programa no município são as grandes distâncias territoriais. O município conta com a maior parte de sua área em zona rural não asfaltada, sendo que o veículo da merenda chega a percorrer mais de 100 km até chegar à escola mais distante, fazendo divisa com o município de Camaquã.
- c) A nutricionista narra, ainda, que um dos pontos fortes do programa no município é a relação criada com a agricultura familiar, principalmente grupos de famílias provenientes de assentamentos. Segundo ela, em média, 35% do total do valor recebido para aquisição de gêneros alimentícios está sendo adquirido de agricultores familiares. A nutricionista busca que estes agricultores familiares valorizem a produção orgânica, reduzindo ou eliminando o uso de agrotóxicos nos produtos adquiridos.
- d) São realizadas periodicamente pesquisas de satisfação com os alunos para avaliar suas percepções a respeito da alimentação escolar. Na última pesquisa realizada, em 2014, o nível de satisfação foi de 90%. Este número é considerado positivo, uma vez que se preconiza um nível de satisfação de no mínimo 85%.
- e) Todas as notas fiscais do programa são arquivadas para a prestação de contas online anual no sítio do FNDE e para a apreciação do CAE.

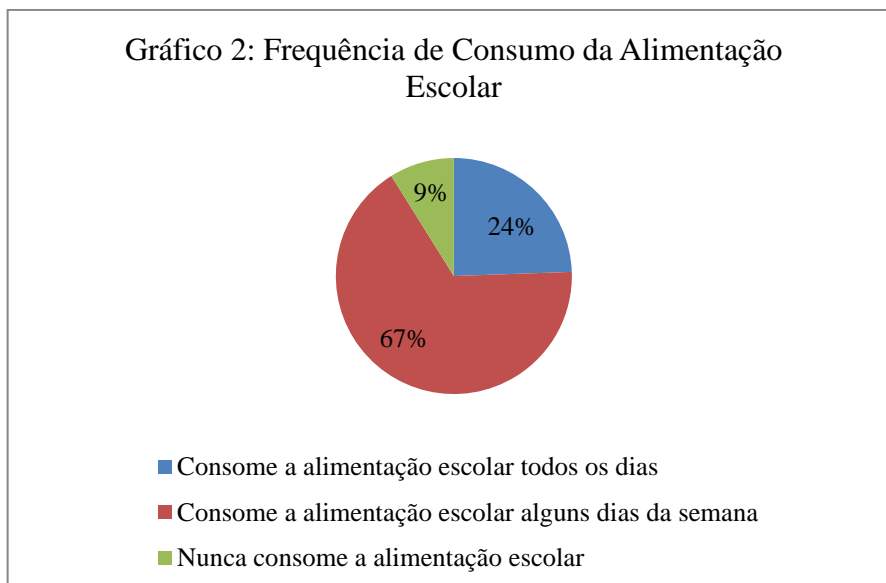
Após a apresentação das informações obtidas por meio da entrevista com a nutricionista do programa, onde se pode detalhar a gestão do PNAE em São Jerônimo, são expostos e analisados os dados acerca das percepções dos alunos a respeito da alimentação escolar.

4.2 PERCEPÇÃO DOS ALUNOS

Esta seção apresenta os resultados obtidos através das respostas dos alunos da E. M. E. F. Padre Luiz de Nadal, aos questionários da pesquisa, onde foi possível identificar suas percepções sobre a alimentação escolar. Inicialmente, traçou-se o perfil dos alunos por idade (Gráfico 1) e gênero. Observa-se que do total de 45 alunos pesquisados, 19 alunos (42%) têm 10 anos de idade, 16 alunos (36%) tem 11 anos de idade, 4 alunos (9%) têm 9 anos, 4 alunos (9%) têm 12 anos, 1 aluno (2%) tem 14 anos e, por fim, 1 aluno (2%) tem 15 anos. Do total, 24 alunos (53%) são do gênero masculino e 21 (47%) do gênero feminino.

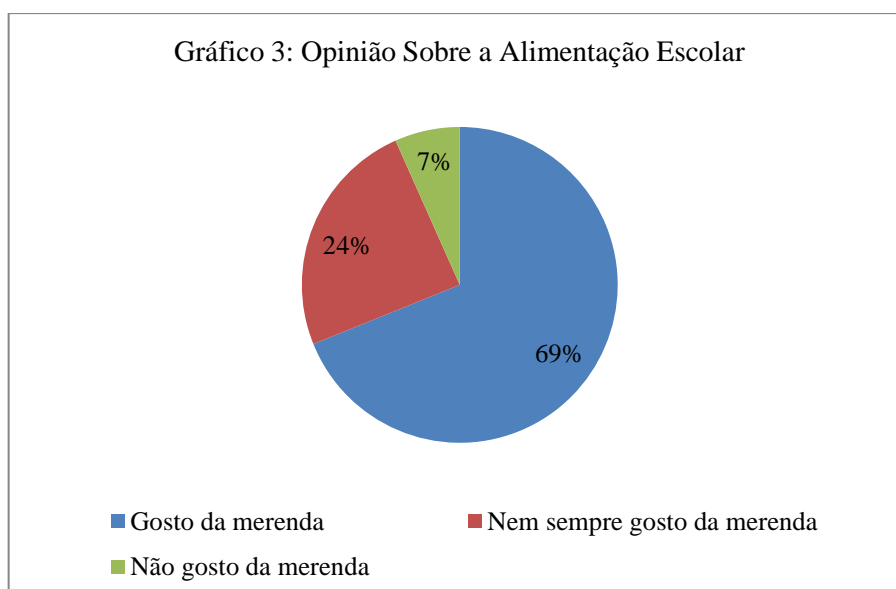


O primeiro questionamento realizado aos alunos foi relacionado à frequência de consumo da alimentação escolar pelos mesmos. É possível observar que do total de alunos, 67% deles (30 alunos) responderam que consomem a alimentação escolar alguns dias na semana, 11 alunos (24%) informaram que consomem a alimentação escolar todos os dias e 4 alunos (9%) afirmaram nunca consumir a alimentação escolar (Gráfico 2). Esse resultado significa que apenas 24% do total de alunos consome alimentação escolar da forma esperada, ou seja, todos os dias. Assim, considerando que a maioria dos alunos nunca consome a alimentação escolar ou está consumindo em apenas alguns dias da semana, este é um fator de alerta, uma vez que o propósito da alimentação escolar é que seja consumida todos os dias.



Fonte: Pesquisa de Campo.

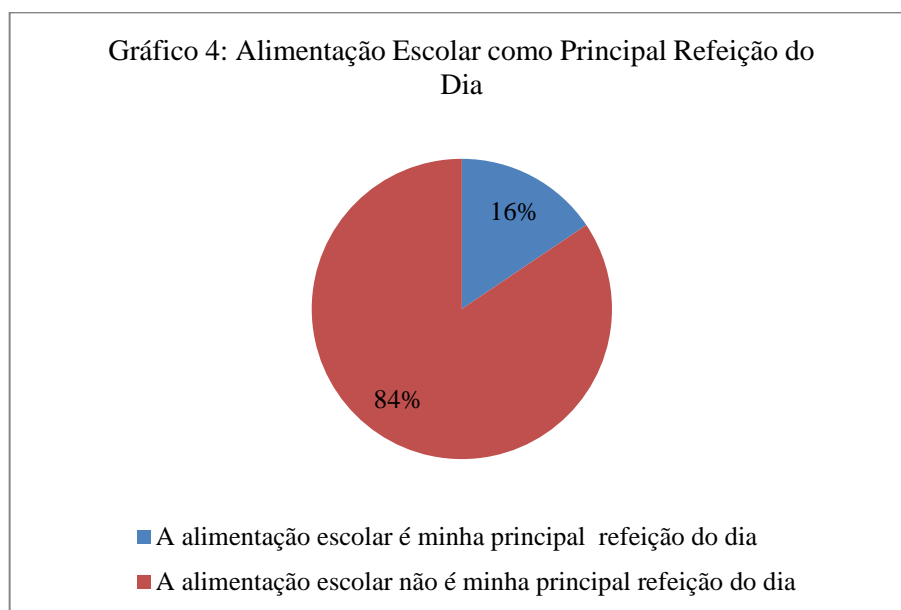
O segundo questionamento diz respeito à opinião dos alunos sobre a alimentação escolar. Em relação às respostas obtidas, 31 alunos (69%) afirmaram gostar da merenda, 11 alunos (24%) responderam nem sempre gostar da merenda e, por fim, 3 alunos (7%) relataram não gostar da merenda. Com isso, conclui-se que a maioria dos alunos gosta da merenda. Contudo, como há alunos que nem sempre gostam e ou que não gostam da merenda, este dado merece ser pesquisado no futuro, a fim de se corrigir eventuais falhas.



Fonte: Pesquisa de Campo

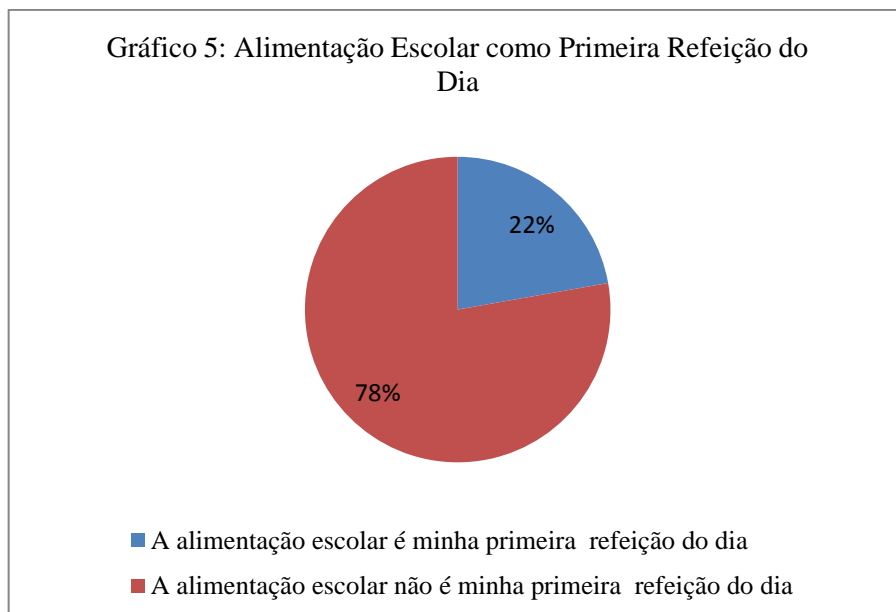
Com o objetivo de posicionar a alimentação escolar dentre as demais refeições dos alunos, de acordo com a importância de cada refeição, observou-se que dos 45 alunos

pesquisados, 84% deles (38 alunos) afirmaram que a alimentação escolar não é sua principal refeição do dia, enquanto que 16% (7 alunos) responderam que alimentação escolar é sua principal refeição do dia (Gráfico 4). A partir deste resultado, observa-se que a grande maioria dos alunos não depende da alimentação escolar como principal fonte de alimentos, porém 16% dos alunos dependem desta refeição como principal fonte de alimentos, o que deve ser considerado na preparação dos cardápios.



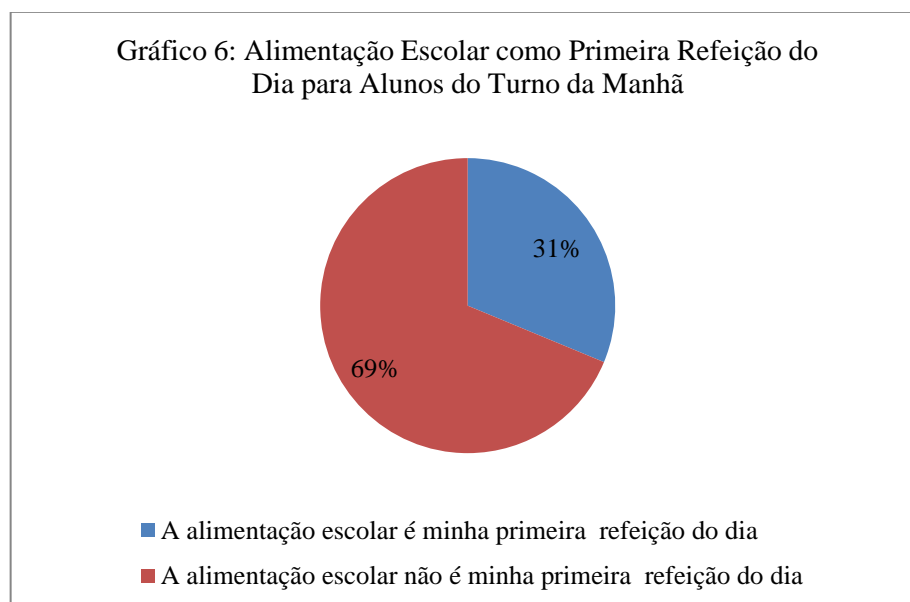
Fonte: Pesquisa de Campo.

Outro questionamento feito aos alunos refere-se à alimentação escolar ser ou não a primeira refeição do dia do seu dia. As respostas obtidas constam no Gráfico 5 e identifica-se que 78% (35 alunos) afirmaram que a alimentação escolar não é sua primeira refeição do dia, enquanto que 10 alunos (22%) responderam que a alimentação escolar é sua primeira refeição do dia. Este resultado precisará ser analisado futuramente, pois os alunos podem realizar a primeira refeição do dia na escola por falta de alimentos em sua casa ou optam por realizá-la por preferir a alimentação escolar.



Fonte: Pesquisa de Campo.

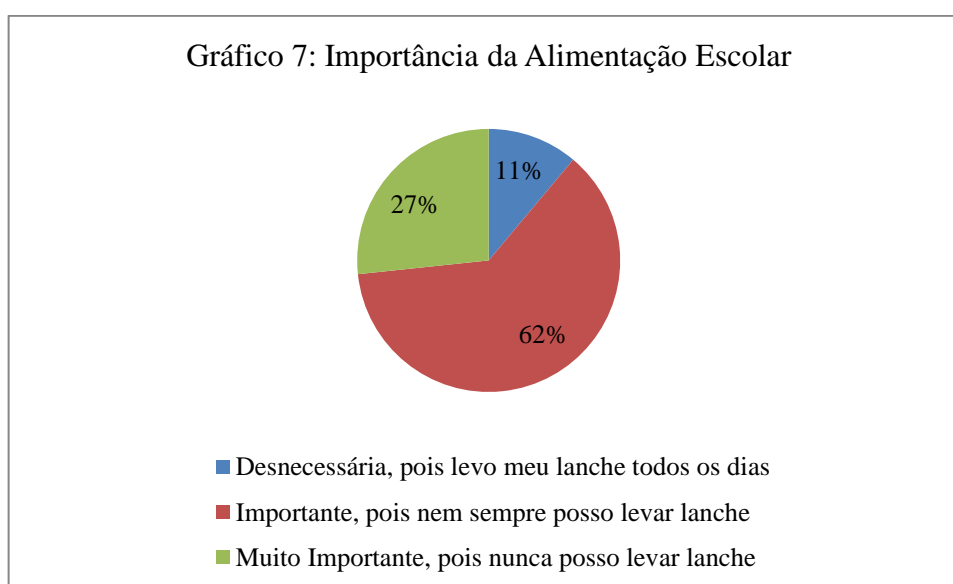
Considera-se importante salientar que do total de 32 alunos do turno da manhã, 10 alunos (31%) afirmam ser a alimentação escolar sua primeira refeição do dia, como se observa no Gráfico 6.



Fonte: Pesquisa de Campo.

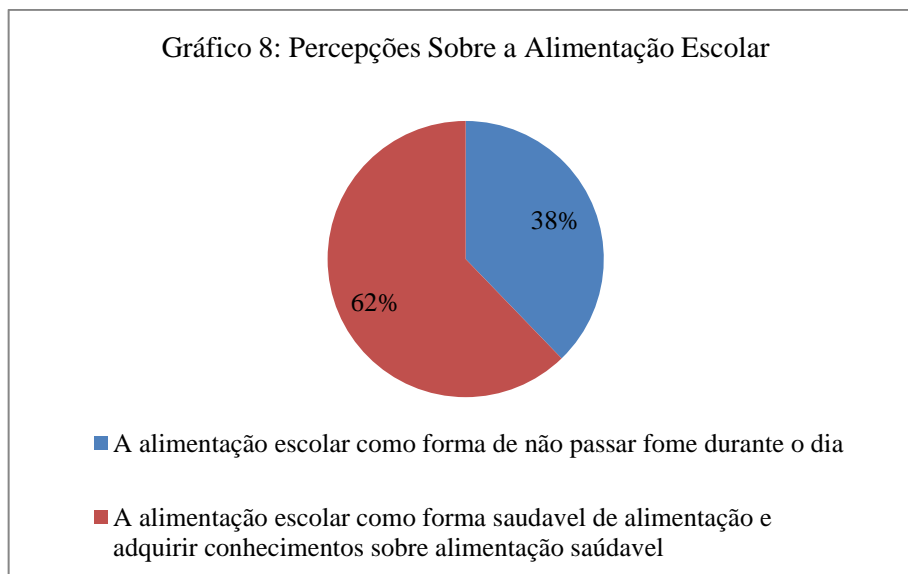
Os alunos também foram questionados se alimentação escolar seria sua única refeição do dia. Todos os 45 alunos responderam que a alimentação escolar não é a única refeição que eles fazem ao longo do dia.

Quando questionados a respeito da importância da alimentação escolar, do total de pesquisados, 28 alunos (62%) consideraram a alimentação escolar importante devido ao fato de nem sempre poderem levar lanche para a escola, 12 alunos (27%) consideraram a alimentação escolar como muito importante por nunca poderem levar lanche e, por fim, para 5 alunos (11%), a alimentação escolar foi considerada desnecessária, pois levam lanche todos os dias (Gráfico 7). Com este resultado, pode-se afirmar que a alimentação escolar é de grande importância no ambiente em estudo, pois uma minoria a considerou desnecessária. Os demais, por sua vez, dependem em maior ou menor grau da alimentação escolar.



Fonte: Pesquisa de Campo.

O PNAE, segundo Art. 4º, da Lei nº 11.947, de 2009, busca, além de oferecer refeições, formar hábitos saudáveis por meio de ações de educação alimentar. Pensando neste fator, foi questionado aos alunos se a alimentação escolar era uma forma de não passar fome durante o período de aula ou se a alimentação escolar é uma forma saudável de se alimentar durante o período de aula e conhecer mais sobre alimentação saudável. As respostas foram representadas no Gráfico 8.



Fonte: Pesquisa de Campo.

Observa-se que 28 alunos (62%) afirmaram que a alimentação escolar é uma forma de adquirir conhecimentos sobre alimentação saudável e também uma forma saudável de se alimentar, enquanto que 17 alunos (38%) percebem a alimentação escolar apenas como forma de não passar fome durante o dia. Assim, é possível afirmar que a grande maioria dos alunos tem alguma percepção da importância da alimentação escolar como fonte de alimentação saudável e não apenas a vê como forma de não passar fome. Porém, para os demais, pode-se indicar que programas relacionados à alimentação saudável devem estar mais presentes na vida escolar desses alunos, a fim de que os mesmos tenham uma maior compreensão do PNAE e das fontes de alimentação saudável.

Os alunos foram questionados, ainda, se, caso não houvesse alimentação escolar, eles deixariam de frequentar a escola. Todos responderam não a esta questão. Este questionamento também foi feito à diretora da escola⁶, que também acredita que nenhum aluno deixaria de frequentar a escola caso não houvesse alimentação escolar, porém, segundo ela, o aprendizado sairia muito prejudicado. O aluno não atrelar sua permanência na escola à alimentação escolar pode ser visto de forma positiva, uma vez que ele demonstra que vai à escola por um objetivo maior, ou seja, necessita da educação e não apenas de alimentação. Pode-se considerar positivo também porque demonstra que nenhum aluno é tão carente a ponto de precisar ir para a escola apenas para alimentar-se, o que no passado já foi uma realidade, quando as campanhas da merenda escolar visavam apenas reduzir a desnutrição, como indicado por Abreu (1995).

⁶Informação coletada em entrevista realizada em São Jerônimo, no dia 29 de outubro de 2014.

A diretora da escola também ressaltou o dado de que para muitos alunos a alimentação escolar é a primeira refeição do dia. Ela afirmou existir um cuidado especial com relação à escolha do cardápio, principalmente dos alunos do turno da manhã. Os alunos chegam à escola com fome, portanto, procura-se oferecer a alimentação o mais cedo possível, sendo que a primeira turma a se alimentar vai para o refeitório em torno de 9h30min.

A direção da escola e as merendeiras buscam respeitar o cardápio recomendado pela nutricionista do programa. A diretora relata que evita cardápios doces no turno da manhã, como arroz de leite ou achocolatados, servindo estas preparações para os alunos da tarde, que, segundo ela, normalmente almoçam em casa. Para os alunos da manhã são servidos cardápios salgados, como aipim com carne, batata com carne, feijão com legumes, massas e omelete. Também foi salientado pela direção que sempre são incluídos legumes ou verduras, que são passados para a escola em quantidade considerada suficiente.

Outro fato narrado pela direção da escola é de que o desperdício de alimentos é muito pequeno. As merendeiras servem os alunos, conhecendo seus hábitos, e procuram oferecer o suficiente para não ocorrer sobras no prato. Caso o aluno queira repetir o lanche, ele poderá pedir para ser servido novamente. Então, o desperdício nos pratos é muito pequeno e nas panelas (sem servir) também, já que as quantidades são pensadas para não haver sobras.

A supervisora educacional do município⁷ salientou que o PNAE é muito importante para os alunos, visto que muitos alunos têm a alimentação escolar como sua principal refeição do dia. Segundo a supervisora, muitos alunos vão para a escola sem tomar café da manhã e aguardam ansiosamente o momento da merenda. Segundo ela, após fazer a refeição, o aluno fica mais atento à aula, pois com fome o mesmo tem dificuldade em prestar atenção ao conteúdo. Outro fato observado pela supervisora educacional é que muitos alunos só tem acesso a alguns alimentos, como frutas e verduras, na escola. Muitas vezes, isso ocorre por dificuldades financeiras e outras vezes pelo hábito dos pais, que não costumam comprar estes gêneros alimentícios.

A supervisora educacional tem uma visão muito positiva do programa, pois, segundo ela, o mesmo é essencial para o bom rendimento escolar. Ela afirma que os produtos da alimentação escolar são de boa qualidade, variados, com ofertas da agricultura familiar. Assevera, ainda, que os produtos chegam na quantidade adequada e no tempo necessário, sem falta de alimentos. Pensando em detalhes que deveriam melhorar, a supervisora cita que há uma necessidade e uma busca que o município vem fazendo, em levar o tema da alimentação

⁷Informação coletada em entrevista realizada em São Jerônimo, no dia 10 de novembro de 2014.

saudável para a sala de aula, integrar mais a alimentação escolar à vida do aluno, criar hortas escolares e abordar a alimentação na parte pedagógica da vida escolar.

Neste capítulo, apresentou os resultados da pesquisa e pode-se observar que os alunos necessitam da alimentação escolar como um suporte durante as aulas, pois muitos não teriam outra fonte de alimentação durante o período letivo. A alimentação escolar mostrou-se fator motivador para aluno, mas não fator de permanência na escola. Através desta pesquisa pode-se perceber que o PNAE efetivamente evoluiu através do tempo, pois hoje não é um programa para redução da desnutrição, como foi em sua concepção, em 1955. Porém, a pesquisa demonstra que para alcançar seus objetivos faltam diversos aspectos, como a utilização do tema alimentação saudável em sala de aula. É necessário também que os pais dos alunos tenham a oportunidade de adquirir conhecimentos a respeito da alimentação saudável, a fim de que o aluno possa se alimentar de forma adequada tanto na escola quanto em casa.

5 CONCLUSÃO

Este estudo buscou analisar a importância do PNAE para a permanência do aluno na escola. Através deste, avaliou-se o valor do programa na vida dos alunos e suas percepções a respeito da alimentação escolar. Foram abordados dados em dois níveis, o primeiro, composto por dados gerais da gestão do programa no município de São Jerônimo, e o segundo, teve como foco a E. M. E. F. Padre Luiz de Nadal, localizada no centro do município, com 151 alunos cursando da pré-escola ao quinto ano.

Através do conhecimento da história do PNAE, desde seu início, em 1955, foi possível compreender a forma como o programa evoluiu através do tempo. O programa, que surgiu com a ideia unicamente assistencialista, de prover “a merenda” para alunos de regiões mais pobres, a fim de reduzir a desnutrição, foi modificando-se através de inúmeras leis. Considera-se como o passo principal da legislação referente à alimentação escolar, sua inserção como direito na Constituição Federal de 1988. Na atualidade, a principal lei que rege o PNAE é a Lei nº 11.947, de 2009.

Ao estudar a gestão do PNAE no município de São Jerônimo, foi possível compreender sua dinâmica, traçando a linha do tempo que compõe o ano letivo para a administração pública. O processo começa com a pesquisa de necessidades de compra para o próximo ano, após segue-se a realização das licitações, passando pelos pedidos aos fornecedores, preparação dos cardápios e entrega dos produtos semanalmente às escolas. Durante o ano letivo, são realizadas ainda pesquisas de satisfação com os alunos e finaliza-se o ano com a prestação de contas.

O programa no município apresenta um nível de gestão que atende bem a legislação atual, superando as metas de satisfação dos alunos e efetivando mais de 30% de suas aquisições diretamente de produtores da agricultura familiar. O mesmo também atende todos os níveis de ensino estabelecidos pela legislação. Enfim, não se observou o descumprimento a lei que regulamenta a alimentação escolar.

Durante esta pesquisa, notou-se que a gestão do município atribui grande importância ao PNAE e que toda a rede de educação trabalha para que o programa funcione bem. Segundo a nutricionista do programa, até mesmo o convênio realizado com o estado, proporcionando que o município forneça alimentação às escolas estaduais, foi efetivado para o bem estar dos

alunos, pois a gestão do município acredita que se todos os alunos são moradores de São Jerônimo, os mesmos devem receber a mesma alimentação de qualidade.

Ao refletir acerca das possibilidades de melhoria ao programa, fica claro através das entrevistas realizadas que é necessária uma maior inserção do PNAE e por consequência do tema alimentação saudável em outros aspectos da vida escolar dos alunos. Possibilidades para que isto aconteça foram apontadas por alguns dos entrevistados, foram citados, por exemplo, a utilização do tema alimentação saudável durante as aulas, a criação de hortas escolares e até mesmo que os pais de alunos participem de programas escolares sobre alimentação saudável, a fim de que os alunos continuem a aprender em casa e também tenham uma alimentação melhor durante o período em que não estão na escola.

Passando para o segundo nível da pesquisa, que foi realizada por meio de 45 questionários com os alunos de 4º e 5º ano da escola em estudo, podem-se apontar algumas percepções destes com relação à alimentação escolar. Dos alunos pesquisados, 27% avaliaram a alimentação escolar como muito importante devido ao fato de nunca poderem levar lanche e 69% responderam como importante, pois nem sempre poderem levar lanche. Este dado deixa claro que se não houvesse a alimentação escolar, muitos alunos poderiam não ter condições de se alimentar durante o período letivo.

Outro fato relevante foi que 10 alunos relataram ser a alimentação escolar sua primeira refeição do dia, sendo importante salientar que os alunos em questão eram todos do turno da manhã, o que pode demonstrar preferência pela alimentação escolar, mas é um dado que necessita de pesquisas futuras. Quando questionados sobre gostar ou não da merenda, 69% dos alunos afirmaram gostar da merenda, 24 % responderam nem sempre gostar da merenda e apenas 7% disseram não gostar da merenda.

Através da entrevista com a diretora da escola, foi possível compreender a dinâmica da alimentação escolar no ambiente de ensino. Grande parte dos alunos é de famílias de baixa renda e tem na alimentação escolar uma forma de se alimentar de forma saudável e com muitos alimentos que não costumam ter em casa, como é o caso da variedade de verduras e frutas que é fornecida na alimentação escolar. Embora nenhum aluno tenha atrelado sua permanência na escola à alimentação escolar, ficou claro nos relatos dos profissionais envolvidos no programa que a alimentação escolar é fonte motivadora para o aluno. Com fome, os alunos em geral têm dificuldade em prestar atenção nas aulas e após a alimentação, ficam mais felizes e dispostos a aprender.

Sugere-se, para trabalhos futuros, o estudo ampliado da importância do PNAE na formação dos alunos, considerando não apenas o fator permanência do aluno na escola, mas, também, como a alimentação escolar influencia na motivação deste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. Alimentação escolar: combate à desnutrição e ao fracasso escolar ou direito da criança e ato pedagógico? **Em Aberto**, Brasília, ano 15, n.67, p. 5-20, jul./set. 1995.

BATISTA, S, D; SOUZA, A, M; OLIVEIRA, J, M, S. A evasão escolar no ensino médio: um estudo de caso. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v.9, n.19, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. **Lei 11.947 de 16 de junho de 2009**. 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm>. Acesso em: 05 set. 2014.

_____. **Pnae ajuda a melhorar a condição nutricional de estudantes de MG**. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/06/programa-ajuda-a-melhorar-a-condicao-nutricional-de-estudantes-de-mg>>. Acesso em: 02 out. 2014.

_____. **Medida Provisória 1.979-19 de 02 de junho de 2000**. 2000. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, Institui o Programa Dinheiro Direto na Escola. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1979-19.htm>. Acesso em: 08 set. 2014.

FROEHLICH, Elisângela. **A capacidade de “fazer diferente”: os condicionantes legais e as estratégias de governança na implementação do programa de alimentação escolar em Dois Irmãos e Tapes (RS)**, 2010. 152 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. FNDE. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. 2014. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 29 set.2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Série históricas e estatísticas**. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=4&op=0&vcodigo=SEE30&t=aprovacao-serie-ensino-fundamental-8-9>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEA. **Retratos das desigualdades de gênero e raça**. 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2014.

JACOMINI, M. A. Educar sem reprovar: desafio de uma escola para todos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.35, n.3, p. 557-572, set./dez. 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2013. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**: Atualizações com Base na Lei 11947/2009. Disponível em: <http://mse.mec.gov.br/images/stories/pdf/mp/pnae-base_lei.pdf>. Acesso em: 03 set. 2014.

NASCIMENTO, A. L.; ANDRADE, S. L. L. S. Segurança alimentar e nutricional: pressupostos para uma nova cidadania?. **Cienc. Cult.**, vol.62, n.4, p. 34-38, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **Alimentação: Direito de Todos**. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/laADTDBrBPMA.asp>>. Acesso em: 19 set. 2014

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. **Município São Jerônimo**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-jeronimo_rs>. Acesso em: 21 nov. 2014

RODRIGUES, L.; CAMARGO, I.; BARIM, E., M.; DIAS, L. C. G. D. Construindo conceitos sobre alimentação saudável com escolares da rede municipal de Ensino. **Rev. Simbio-Logias**, São Paulo, v.4, n.6, dez. 2011.

SILVA, A. F.; SOUSA, AA. A. Alimentos orgânicos da agricultura familiar no Programa Nacional de alimentação Escolar do Estado de Santa Catarina, Brasil, 2013. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 26, n. 6, nov./dez. 2013.

TEIXEIRA, E. O. L. **A merenda escolar e seus aspectos políticos, sociais e nutricionais**. 2008. 87 f. Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização (Especialista em Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na modalidade EJA) - Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo, São Paulo, 2008.

VALERIANI, T. S. M. **A gestão escolarizada do Programa de Alimentação Escolar no Estado de Goiás**. 2011. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciências – Área de Concentração Ciência e Tecnologia de Alimentos) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba, 2011.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

Apêndice A: Carta de Anuência

CARTA DE ANUÊNCIA

Eu, *Rose Mary Cardoso da Rosa*, Diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Luiz de Nadal, localizada no município de São Jerônimo (RS), autorizo a estudante do Curso de Especialização em Gestão do Social, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Janaína Vargas Escoto, a realizar a pesquisa "A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA A PERMANÊNCIA DO ALUNO NA ESCOLA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO (RS)", nesta instituição. O objetivo do estudo é analisar a importância da alimentação escolar para a permanência do aluno nesta escola e a metodologia empregada será a aplicação de questionários para os alunos de 4º e 5º ano, e de entrevista com a diretora da escola, com a supervisora educacional do município e com a nutricionista responsável pelo PNAE no município. Estou ciente de que a pesquisadora tomará os cuidados éticos e de preservação da identidade dos participantes.

São Jerônimo (RS), 29 de outubro de 2014.



Rose Mary da Rosa ~~Escoto~~
Diretora
RG 304446006

Rose Mary Cardoso da Rosa

Diretora
Escola Mun. de Ens. Fund.
Pe. Luiz de Nadal
Decreto de criação nº 14 de 1964
Portaria de Reorg. 00367/87
Sede São Jerônimo/RS

Apêndice B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Meu nome é Janaína Vargas Escouto, sou estudante do Curso de Especialização em Gestão do Social, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e orientada pela Profa. Angélica Massuquetti. Estou realizando a pesquisa A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA A PERMANÊNCIA DO ALUNO NA ESCOLA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO (RS) e o objetivo do estudo é analisar a importância da alimentação escolar para a permanência do aluno na escola E. M. E. F. Padre Luiz de Nadal, em São Jerônimo (RS). O estudo justifica-se pela produção do conhecimento acerca das percepções dos alunos a respeito do programa, do modo como se relacionam com a alimentação escolar e da importância dela em suas vidas, principalmente da forma em que o programa se relaciona com sua permanência na escola. Gostaria de convidá-lo(a) a participar da pesquisa e o procedimento utilizado será a aplicação de um questionário, que será respondido na escola e em horário de trabalho. A sua identidade será preservada, pois não serão divulgados nomes ou informações que possam identificar os envolvidos da pesquisa. Os dados obtidos serão utilizados somente para fins da pesquisa. Não há riscos, danos ou desconfortos, mas você poderá desistir do estudo a qualquer momento, sem prejuízo algum, se não se sentir confortável com as perguntas. Você poderá obter informações sobre o andamento da pesquisa e/ou seus resultados por meio do meu e-mail (vargasescouto@hotmail.com) e/ou do meu telefone (51 98091301). O TCLE é assinado em duas vias, ficando uma em sua posse e a outra comigo.

Assinatura do(a) Participante

Assinatura da Pesquisadora

Apêndice C: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Meu nome é Janaína Vargas Escouto, sou estudante do Curso de Especialização em Gestão do Social, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e orientada pela Profa. Angélica Massuquetti. Estou realizando a pesquisa A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA A PERMANÊNCIA DO ALUNO NA ESCOLA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO (RS) e o objetivo do estudo é analisar a importância da alimentação escolar para a permanência do aluno na escola E. M. E. F. Padre Luiz de Nadal, em São Jerônimo (RS). O estudo justifica-se pela produção do conhecimento acerca das percepções dos alunos a respeito do programa, do modo como se relacionam com a alimentação escolar e da importância dela em suas vidas, principalmente da forma em que o programa se relaciona com sua permanência na escola.

Gostaria de convidar o(a) seu(sua) filho(a) a participar da pesquisa e o procedimento utilizado será a aplicação de um questionário, que será respondido na escola e em horário de aula. A identidade do(a) seu(sua) filho(a) será preservada, pois não serão divulgados nomes ou informações que possam identificar os envolvidos da pesquisa. Os dados obtidos serão utilizados somente para fins da pesquisa. Não há riscos, danos ou desconfortos, mas seu(sua) filho(a) poderá desistir do estudo a qualquer momento, sem prejuízo algum, se não se sentir confortável com as perguntas.

O(a) senhor(a) poderá obter informações sobre o andamento da pesquisa e/ou seus resultados por meio do meu e-mail (vargasescouto@hotmail.com) e/ou do meu telefone (5198091301).

O TCLE é assinado em duas vias, ficando uma em sua posse e a outra comigo.

Assinatura do(a) Responsável

Assinatura do(a) Estudante

Assinatura da Pesquisadora

Apêndice D: Entrevista realizada com a nutricionista responsável pelo PNAE no município de São Jerônimo

Data da Realização da entrevista: 25/09/2014.

Entrevista realizada no município de São Jerônimo, na Secretaria Municipal de Educação.

- 1) Há quanto tempo você é a responsável pelo PNAE no município?
- 2) Quais são suas atividades? Realiza a parte administrativa, gestão?
- 3) Quem mais lhe ajuda a realizar a gestão do programa?
- 4) E a parte nutricional você é a responsável por todas as escolas do município?
- 5) Quantas escolas são atendidas pelo PNAE no município?
- 6) Por que o município optou por atender também as escolas estaduais?
- 7) As escolas municipais e estaduais recebem os mesmos produtos?
- 8) Quantos alunos são atendidos pelo programa em São Jerônimo?
- 9) Considerando as distâncias territoriais, há dificuldades em atender as escolas do interior?
- 10) Como funciona o passo a passo do Programa? Se fossemos colocar a gestão durante o ano em uma linha do tempo, como seria?
- 11) Quanto às compras da agricultura familiar, a porcentagem mínima de 30% está sendo alcançada?
- 12) São realizadas pesquisas de satisfação com os alunos?
- 13) Qual o índice de satisfação da última pesquisa?
- 14) Em sua opinião, quais os pontos fortes do Programa no município? E os pontos fracos?
- 15) O Conselho de Alimentação Escolar participa de que forma?
- 16) Foi citado que o município trabalha somente com o valor repassado pelo FNDE, qual a contrapartida oferecida?
- 17) Você considera a alimentação escolar importante para a permanência do aluno na escola?
- 18) Acredita que a alimentação escolar é a principal refeição de alguns alunos?
- 19) Poderia sugerir uma escola para que meu trabalho fosse realizado?
- 20) Gostaria de acrescentar algo?

Apêndice E: Entrevista realizada com a supervisora educacional do município de São Jerônimo

Data da Realização da entrevista: 10/11/2014.

Entrevista realizada no município de São Jerônimo, na Secretaria Municipal de Educação.

- 1) Em sua opinião, qual a importância da alimentação escolar na vida dos alunos?
- 2) Você acredita que muitos alunos dependem desta fonte de alimentação como principal refeição do dia?
- 3) Você acredita que algum aluno tenha a alimentação escolar como única refeição do dia?
- 4) Na sua percepção, a alimentação escolar influencia na permanência do aluno na escola?
- 5) E na motivação do aluno, há alguma influência?
- 6) Os professores são orientados a incluir o tema “alimentação saudável” em suas aulas?
- 7) Há outras iniciativas relacionadas a alimentação saudável, como a criação de hortas escolares?
- 8) Os pais de alunos tem alguma formação oferecida pelas escolas para obterem maior conhecimento sobre alimentação saudável?
- 9) Como você vê a receptividade dos alunos à alimentação escolar, preferências, reclamações, desperdício?
- 10) Há diferenças relacionadas à alimentação escolar se dividirmos entre alunos da zona urbana e da zona rural? A receptividade é a mesma?
- 11) Gostaria de acrescentar algo?

Apêndice F: Entrevista realizada com a diretora da E. M. E. F Padre Luiz de Nadal

Data da Realização da entrevista: 29/10/2014.

Entrevista realizada na E. M. E. F Padre Luiz de Nadal.

- 1) Quantas pessoas trabalham na alimentação escolar nesta escola?
- 2) Após os produtos da alimentação escolar chegarem a escola, quais os próximos passos até que a alimentação chegue aos alunos?
- 3) Quantas refeições são servidas por dia?
- 4) A quantidade de produtos entregues na escola é suficiente?
- 5) Costuma haver sobras? No prato dos alunos ou mesmo de refeições não servidas?
- 6) Como vocês atuam para que não haja desperdício?
- 7) Em sua opinião, algum aluno depende exclusivamente da escola para se alimentar?
- 8) Alguns alunos tem na alimentação escolar sua principal refeição do dia?
- 9) Alguns alunos tem na alimentação escolar sua primeira refeição do dia?
- 10) De maneira geral, os alunos gostam do que é servido?
- 11) Os professores relatam alguma diferença no comportamento dos alunos antes e depois do lanche?
- 12) Que horas é servido o lanche?
- 13) Quantos alunos vão para o refeitório por vez?
- 14) Em sua opinião, qual a importância da alimentação escolar para a permanência do aluno na escola?
- 15) Você considera a alimentação escolar como um fator motivador para o aluno na escola?
- 16) Gostaria de acrescentar algo?

Apêndice G: Questionário aplicado aos 45 alunos das turmas de 4° e 5° ano da E. M. E. F Padre Luiz de Nadal

QUESTIONÁRIO

- 1) Idade: _____
 - 2) Sexo: () M; () F
 - 3) Você consome a merenda da escola com que frequência? () Todo dia; () Somente alguns dias da semana; () Nunca
 - 4) Opinião sobre a merenda: () Gosto da merenda; () Nem sempre gosto da merenda; () Não gosto da merenda
 - 5) A merenda escolar é minha **principal** refeição do dia: () Sim; () Não
 - 6) A merenda escolar é minha **primeira** refeição do dia: () Sim; () Não
 - 7) A merenda escolar é minha **única** refeição do dia: () Sim; () Não
 - 8) A merenda para mim é: () Desnecessária, pois levo meu lanche todo dia; () Importante, pois nem sempre posso levar lanche; () Muito importante, pois não nunca posso levar lanche
 - 9) Para mim a alimentação escolar é: () Uma forma de não passar fome durante o período de aula; () Uma forma saudável de me alimentar durante o período de aula e conhecer mais sobre alimentação saudável
 - 10) Você deixaria de frequentar a escola se não houvesse merenda? () Sim; () Não
- Se você respondeu sim, por que você deixaria de frequentar a escola?
-
-